

INFLAÇÃO, RECESSÃO E CONCENTRAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 11.09.1984

O grande desafio das sociedades industriais modernas é compatibilizar o crescimento firme do produto por habitante com uma moderada mas efetiva desconcentração da renda. Nos países centrais, apesar da considerável redução das taxas de crescimento do produto ocorrida nos últimos anos (quando começa a fase descendente do quarto ciclo longo de Kondratieff), e apesar da onda política conservadora, estes dois objetivos vêm sendo razoavelmente atingidos. Conforme observou Paulo Francis no último domingo, os governos conservadores não logram reduzir efetivamente nem o papel do Estado na economia, nem eliminar as conquistas social-democratas do Estado do Bem Estar. As demandas dos trabalhadores e das classes médias assalariadas são mais fortes do que a pressão conservadora do capital oligopolista e financeiro e do que a lógica concentradora de renda da recessão econômica.

Não é este o caso do Brasil. O prolongado processo de concentração de renda e acumulação de capital iniciado em meados dos anos cinqüenta com o desenvolvimentismo de Kubitscheck, manteve-se no governo Goulart devido à lógica concentradora da recessão e da inflação, e agravou-se fortemente entre 1964 e 1974, nos quadros do pacto autoritário tecnoburocrático-capitalista-multinacional.

A partir de 1975, entretanto, em função da derrota do governo nas eleições de 1974, há uma mudança na política salarial que reverte moderadamente a tendência concentradora. As greves de 1978 a 1980 fortalecem essa tendência. A lei salarial de novembro de 1979, que estabeleceu um processo interno de distribuição de renda entre os altos e os baixos salários, seria o coroamento dessa tendência.

Entretanto, tudo indica que a partir de 1980, não obstante a manutenção da política salarial distributiva (que só seria abandonada em 1983 através de uma sucessão de

decretos-leis), volta a ocorrer um forte processo de concentração de renda. A lógica da inflação e da recessão torna-se então mais forte do que a pressão dos trabalhadores, a qual, aliás, declina a partir de 1981 em função do aumento do índice de desemprego.

A elevação deliberada das taxas de juros, beneficiando os rentistas, é a causa original desse novo processo de concentração. A recessão decorrente, ao provocar o desemprego e ao incentivar a rotatividade da mão-de-obra, acentua o movimento concentrador. Por outro lado as empresas oligopolistas, ao verem ameaçadas suas taxas de lucro pela redução das vendas, tratam de aumentar suas margens de lucro, provocam a aceleração da inflação (que também se acelera em 1979 e em 1983 devido a duas maxidesvalorizações, à política de “inflação corretiva” dos preços relativos e à instabilidade dos preços agrícolas). Dada a elevação das taxas de juros, a taxa de lucro deveria aumentar correspondentemente (ou então voltar a baixar a taxa de juros) para manter-se o equilíbrio no mercado. A ativa política de altas taxas de juros impede esse equilíbrio, mas permite que as empresas consigam pelo menos manter sua taxa de lucro.

O instrumento fundamental das empresas para lograr essa manutenção da taxa de lucro, entretanto, mais do que o aumento das margens de lucro, será a aceleração da inflação. Através desse mecanismo e dado o intervalo de seis meses entre os reajustes salariais, cai o salário médio real. Acentua-se, assim, a concentração da renda já propiciada pelo aumento do desemprego e pelo aumento da rotatividade dos trabalhadores.

A economia brasileira não vem, portanto, enfrentando nenhum dos dois grandes objetivos econômicos das sociedades industriais modernas. Não cresce nem distribui renda. Pelo contrário, nos últimos quatro anos regrediu e concentrou renda. Os trabalhadores, inclusive a classe média assalariada (e as empresas estatais que se endividaram para manter o ritmo de investimentos entre 1974 e 1980), foram os grandes prejudicados, os empresários não endividados mantiveram suas posições, os rentistas de todos os tipos (inclusive empresas) foram os grandes beneficiados, graças à elevada taxa de juros.

Para que haja novamente a reversão dessa tendência concentradora será necessário baixar a taxa de juros, retomar o crescimento, reduzir moderadamente a inflação e incitar uma política de distribuição de renda com base na reforma do sistema tributário ao invés da

política salarial, que entre 1979 e 1982 revelou-se incapaz de desconcentrar a renda.(11/09)